Publicado em 11/04/2024 - 05:54

Leite enviará até amanhã projeto de aumento da alíquota de ICMS

Após pedido de empresários, Leite voltará a propor aumento de ICMS

Ideia de alterar a alíquota geral do imposto foi apresentada por algumas entidades para evitar o corte de benefícios fiscais

LUCAS SILVEIRA, DIVULGAÇÃO

Em audiência na Assembleia, líderes de setores produtivos explicaram por que passaram a defender a majoração

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

O governador Eduardo Leite confirmou ontem que irá encaminhar à Assembleia Legislativa até amanhã projeto de lei prevendo do aumento da alíquota geral de ICMS. A decisão foi tomada após o pedido público feito por representantes de alguns setores produtivos, que passaram a defender a majoração na alíquota de 17% para 19% em substituição aos decretos de corte de benefícios fiscais.

A informação foi confirmada por Leite em evento no Palácio Piratini destinado ao lançamento de uma agenda de desenvolvimento econômico para o Estado (*leia mais na página 7*). O governador disse que, apesar da sugestão dos empresários, o percentual de aumento ainda será definido.

– Hoje pela manhã (*ontem*) na Assembleia Legislativa os empresários de vários setores estiveram defendendo que o Estado trilhe o caminho da alíquota modal ao invés de revisar os incentivos fiscais e da cesta básica. Estamos assimilando isso e até amanhã (*hoje*) devemos anunciar o encaminhamento de um plano não apenas no que se refere à alíquota modal ou ao percentual, mas também um grande pacto que pretendemos fazer pelo futuro do Rio Grande do Sul – disse Leite.

Antes de protocolar o projeto de aumento do ICMS, o governador deve conversar, hoje, com os deputados da base aliada. A reunião, marcada para 9h30min, avaliará o terreno político para aprovação do aumento de imposto.

O governo tentou aumentar o ICMS no fim de 2023, mas não encontrou apoio para levar a proposta adiante (*veja ao lado*). Representantes de alguns setores empresariais, especialmente os ligados ao agronegócio, entendem que o "plano B" do Piratini (o corte de benefícios fiscais) causará danos econômicos maiores.

Divergência

Na audiência na Assembleia, o empresário Nei Mânica, que tem liderado o movimento favorável ao aumento de ICMS, afirmou que este é "o caminho menos doloroso".

– Precisamos que o Estado consiga fazer manutenção das estradas, saúde, segurança. Se o governo não recompuser o caixa, vamos ter um caos no Rio Grande do Sul – disse Mânica, falando em nome da Federação das Cooperativas Agropecuárias (FecoAgro/RS).

– Indústrias e produtores não podem mais ficar aguardando esta indefinição. Ninguém quer aumento de impostos, mas vivemos em um sistema que trabalha e sobrevive em cima de impostos – endossou José dos Santos, da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav).

Já deputados de oposição criticaram a mobilização dos empresários, argumentando que o melhor caminho é pressionar Leite a desistir tanto do corte de benefícios quanto do aumento de ICMS.

– Vossas senhorias estão sendo chantageadas pelo governo do Estado e vocês, eventualmente, não têm força política, pois não são políticos. Mas nós temos no parlamento força política para que a chantagem não seja imposta – afirmou Rodrigo Lorenzoni (PL).

A decisão do governo também contrariou a Federação das Indústrias (Fiergs), que na véspera havia se manifestado em favor de adiar a decisão até junho, sob alegação de que o comportamento da arrecadação do primeiro trimestre indica que as receitas este ano serão superiores ao previsto no orçamento, o que dispensaria a necessidade.

A evolução

Ao longo dos últimos anos, o RS teve elevações temporárias no ICMS para cobrir o rombo fiscal.

ALÍQUOTA GERAL

2002 a 2015	17%
2016 a 2020	18%
2021	17,5%
2022 a 2024	17%
2025 (proposta)	até 19%

*Novo percentual não valeria para combustíveis, que são tributados com alíquota única em todo o país desde junho de 2023.

> *Não estamos defendendo aumento, mas o caminho menos doloroso. A nossa responsabilidade como administradores é pensar no futuro.*
>
> **NEI MÂNICA**
> Empresário

> *Vossas senhorias (empresários) estão sendo chantageadas pelo governo do Estado e vocês, eventualmente, não têm força política, pois não são políticos.*
>
> **RODRIGO LORENZONI (PL)**
> Deputado estadual de oposição

O histórico

1) A proposta original
No dia 16 de novembro de 2023, o governo enviou à Assembleia Legislativa proposta de aumento da alíquota geral do ICMS de 17% para 19,5% a partir de 2024. A decisão se alinhava a de vários outros Estados que também alteraram as alíquotas, alegando receio de perda de receitas com a reforma tributária. A proposta foi rejeitada pelas entidades empresariais, que alegaram risco de perda de competitividade e fuga de capitais e iniciaram forte mobilização contrária ao aumento.

2) O plano B
No dia 13 de dezembro, o governo apresentou um plano alternativo ao aumento de ICMS que consistia em corte gradual de 40% dos benefícios fiscais de 64 setores, ampliação do ICMS sobre os itens da cesta básica e mudanças no Fator de Ajuste de Fruição (FAF). A proposta também foi criticada pelas entidades empresariais. As medidas foram estabelecidas por meio de decretos, que valeriam a partir de 1º de abril de 2024 e seriam revogados caso o projeto do ICMS fosse aprovado.

3) O recuo
Em 18 de dezembro, véspera da votação na Assembleia, o governo decidiu retirar o projeto de aumento do ICMS. A decisão foi tomada diante da perspectiva de derrota no plenário. A pressão contra os cortes de benefícios continuou por parte das entidades empresariais, mas alguns setores passaram a negociar individualmente com o Piratini.

4) O impacto
Em meio ao embate entre governo e setor empresarial, um estudo da Secretaria Estadual da Fazenda projetou aumento de, em média, 3,5% no preço de uma série de alimentos com os cortes de benefícios. Entre os alimentos que seriam mais impactados, estavam o pão francês, o tomate e o ovo de galinha, que subiriam 13,64%, de acordo com o levantamento. Itens como carne bovina e de aves, a erva-mate e o arroz branco também teriam alta.

5) A derrota
Na Assembleia, a oposição se mobilizou, da esquerda à direita, para tentar sustar os decretos. Requerimentos do PT e do PL com esse objetivo foram rejeitados na Comissão de Constituição e Justiça, mas um recurso contra a decisão foi aprovado em plenário, no que representou a primeira derrota do governo Leite no Legislativo desde 2019.

6) A nova proposta
No dia 28 de março, o governo concordou em adiar por 30 dias, para 1º de maio, o início da vigência dos decretos que estabeleceram os cortes de benefícios fiscais. A decisão foi tomada após um grupo de empresários, especialmente ligados ao agronegócio, apresentar proposta de elevar a alíquota básica do ICMS de 17% para 19%. Ontem, o governador Eduardo Leite confirmou que enviará o assunto à Assembleia até o fim da semana. O percentual de aumento, porém, ainda não foi definido.

GZH
O impacto do corte de incentivos: gzh.rs/imcort

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 6

Copyright © Clipclap 2025.